



A TRADIÇÃO DO ADOBE EM SANTA MARIA DE GUAXENDUBA: PRÁTICA DE EXTENSÃO EM UMA COMUNIDADE BRASILEIRA

Ingrid Braga¹; Izabel Nascimento²

Universidade Estadual do Maranhão, Brasil, ¹ingridbraga69@gmail.com; ²izabel.nas13@gmail.com

Palavras-chave: território quilombola, construção com terra, extensão acadêmica

Resumo

Este artigo descreve uma visita exploratória realizada por alunos e docentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), a comunidade quilombola de Santa Maria de Guaxenduba, município de Icatu, Estado do Maranhão (Brasil). Ela objetivou a fundamentação e entendimento do território, a partir das narrativas de seus moradores. As informações colhidas nesta visita contribuiu na formulação de um projeto de extensão sobre o registro dos métodos construtivos tradicionais das casas da comunidade estudada. As informações que fundamentaram o projeto partiram também da observação e do entendimento das técnicas de construção com terra como tradicionais na região, e sobre como se relacionam a técnica de construção com adobe e os moradores de casas construídas com esse método construtivo. Pretende-se com este relato contribuir para a reflexão sobre importância da pesquisa que extrapola os meios bibliográficos e avança para o conhecimento *in locu* e do fazer extensionista como caminho que promove a integração entre conhecimentos acadêmicos, representados aqui pela universidade, com a realidade de comunidades quilombolas, bem como, das relações sociais e participativas, da tradição, do saber e fazer das técnicas de construção com terra.

1. INTRODUÇÃO

Santa Maria de Guaxenduba é uma comunidade considerada como remanescente de quilombo¹. Ela faz parte do município de Icatu, localizado na Microrregião Rosário e Zona do Litoral Norte da Mesorregião do Norte do Estado do Maranhão, Brasil (Correia Filho, 2011). A história do município de Icatu inicia-se com a presença dos portugueses no Maranhão, e com a sua vitória sobre os franceses, fundando em 1688 a vila de Icatu, chamada também de Arraial de Santa Maria de Guaxenduba (IBGE, 2016). A retomada da terra que os portugueses consideravam como propriedade exigiu um cerco que não poderia acontecer pela Baía de São Marcos, em São Luís, devido aos obstáculos geográficos naturais e a defesa dos franceses no local. Sendo assim, os portugueses entraram pela Baía de São José onde alcançaram a foz do rio Periá (espaço geográfico do atual município de Humberto de Campos) e avançaram até a área denominada pelos índios como baía de Guaxenduba. A frota portuguesa aportou no dia 26 de outubro de 1614 e ali instalaram o Forte de Santa Maria de Guaxenduba (Laboratório de Extensão Rural, 2016)

Segundo o Laboratório de Extensão Rural (2016), durante a construção do forte, os portugueses foram surpreendidos pelo desembarque maciço de 300 franceses e mais de 2.000 índios tupinambás que tomaram a iniciativa do ataque contra os portugueses. Na luta morreram 1.250 índios tupinambás e 150 franceses. Somente 11 portugueses, comandados por Jerônimo de Albuquerque, perderam a vida neste ataque que ficou conhecido como Batalha de Guaxenduba. No auge da batalha apareceu uma mulher entre as fileiras portuguesas que municiou as armas com areia e as transformou em pólvora, a mulher seria Nossa Senhora da Vitória (relato, no ano de 2017, de Elida Carina Santos Torres, moradora

¹ Segundo o Art. 2º do Decreto n.º 4.887/2003, "Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, [...], os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida"

de Santa Maria de Guaxenduba). Com a vitória portuguesa e em torno do forte foi criado o povoado português com o nome de Arraial de Santa Maria de Guaxenduba (Cruz, 2008), marco inicial da colonização portuguesa no Maranhão que posteriormente originou a comunidade rural Santa Maria de Guaxenduba (Laboratório de Extensão Rural, 2016). Os moradores do local também creditam o nome da comunidade a um tipo de vegetação nativa a Guaxima (denominação comum a planta de diferentes gêneros da família das malváceas) de caule fibroso que, quando extraído e seco, serve para confecção das indumentárias utilizadas nas apresentações da dança de bumba-meu-boi² local.

A região retomada pelos portugueses era antes território indígena, contudo, a demanda por mão de obra para a produção do arroz levou a inserção de escravos negros e expulsão gradativa dos indígenas (Laboratório de Extensão Rural, 2016). Atualmente, não é possível encontrar registros da população nativa, fazendo parecer que tanto Santa Maria de Guaxenduba, quanto outros povoados da região, descendem de tradições negras, que se organizam espacial e culturalmente em configurações denominadas quilombos, e que marcam hoje a história do estado do Maranhão. O município de Icatu possui uma grande quantidade de comunidades quilombolas, reconhecidas oficialmente, e, com base em registros do IBGE (2016), sua ocupação desde 1614, o destaca como o segundo município mais antigo do Maranhão, tendo apenas a capital São Luís fundada anteriormente, em 1612.

Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos constituíram-se a partir de uma grande diversidade de processos, de lutas e de resistência, visando seu reconhecimento e a garantia dos seus direitos. A Instrução Normativa nº49 de 29 de setembro de 2008³, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estabelece no seu artigo 1º os procedimentos do processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos. A regulamentação do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal (1988)⁴, determinou a regularização territorial das comunidades quilombolas. O decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003⁵ regulamentou o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do ADCT. No mesmo decreto, no Art. 2, são esclarecidos os critérios para seu reconhecimento, descritos com o seguinte texto: “§ 1º A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade. §2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”.

Para fins do Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007⁶, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, caracterizando, em seu Art. 3º, o que seriam considerados como “povos e comunidades tradicionais” e “territórios tradicionais”:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e

² “Bumba-meu-boi é o termo genérico pelo qual é conhecida a manifestação cultural popular brasileira que tem o boi como principal componente cênico e coreográfico.” (IPHAN, 2011)

³ https://quilombos.files.wordpress.com/2008/10/instrucao_normativa_49_incra.pdf

⁴ <https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/artigos-68-215-e-216.pdf>

⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações

Entendendo o contexto do povoado e legislações sobre o tema, deu-se a primeira aproximação de docentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) com os representantes e lideranças locais da comunidade quilombola de Santa Maria de Guaxenduba. Este encontro ocorreu em abril de 2017 com a mediação do Laboratório de Extensão Rural (LABEX), Secretaria de Estado de Igualdade Racial (SEIR), e outros representantes do Estado, por conta do Programa Estadual “Maranhão Quilombola”, pautado no Programa Brasil Quilombola. Murta e Albano (2002) ressaltam que um processo mediador é importante pelo contexto histórico em que vivem as pessoas com marcas advindas de situações autoritárias, de silêncio e privações. Este encontro foi realizado para orientação na implementação de estratégias e ações que possam garantir melhores condições de vida à população quilombola e implantação de uma rota turística no município de Icatu com a inclusão das comunidades locais.

Apesar da proximidade com a sede do município, Icatu dista apenas 23 km de Santa Maria de Guaxenduba, o acesso a esta comunidade se dá por uma estrada não pavimentada que demanda reparos periódicos após o período de chuvas. Contudo, alimenta a intenção de agentes externos ao povoado em explorar seu potencial turístico, que se dá pela paisagem frente mar encantadora, por ser uma comunidade acolhedora e pela riqueza de significados culturais. Assim, este primeiro contato contribuiu para conhecimento da proposta de um circuito turístico identificado pela SEIR e pelo LABEX pelas potencialidades para turismo em ambiente de produção rural, paisagem natural e patrimônio, dentro dos municípios articulados com uma programação já existente e atividades executadas pelos moradores dessas comunidades rurais. E logo ficou compreendido que interagir com a comunidade seria buscar o protagonismo dos atores sociais no processo de produção de novas perspectivas de ocupação e renda, tendo a comunidade como produtora de conhecimento e dos atrativos oriundos da significação cultural (Murta; Albano, 2002). Durham (2004) analisa as estruturas dos agrupamentos rurais considerando que a vida comunitária se organiza sobre a base de unidades relativamente autônomas – o grupo formado pela família e a atividade produtiva, atmosfera e estrutura que precisam ser mantidas em Santa Maria de Guaxenduba.

O encontro aconteceu na propriedade da líder da comunidade⁷ e com a presença de representantes da cultura local – do bumba-meu-boi, representantes da juventude e representantes da prefeitura. A proposta levada pelo poder público não foi aceita pela comunidade. Conforme Thiollent (1986), as pessoas implicadas têm algo a “dizer” e a “fazer” e não se trata de levantar dados ou relatórios e sim desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos.

A postura tradicional de considerar que de um lado os membros das classes populares não sabem nada, não têm cultura, não têm educação, não dominam raciocínios abstratos, só podem dar opiniões e, por outro lado, os especialistas sabem tudo e nunca erram em uma postura unilateral é incompatível com a orientação de uma pesquisa participante (Thiollent, 1986, p 67).

Para os docentes que participaram daquela particular visita, o processo participativo vem em primeiro lugar e o sentido de conviver com pessoas se dá primeiro por escutá-las e o que elas têm a dizer, em uma escuta sensível que vem a estabelecer uma rede comunicacional possibilitando assim identificar lideranças, competências, conflitos, diversidade, diferenças, redes de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas, valores sociais e levando em conta o espaço mítico-poético, o imaginário e a realidade socioeconômica-cultural local (Barbier apud Murta; Albano, 2002). Nas palavras de Souza (2016) o processo surge da compreensão da dimensão cultural-simbólica, das identidades, da intersubjetividade, das trocas simbólicas, da construção de imagens e sentido dos lugares. É necessário que se

⁷ Sra. Elida Carina Santos Torres

aprenda junto com o outro a ter um olhar, leitura e entendimento mais atentos para o enriquecimento do diálogo.

As pesquisas que são realizadas no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA dão grande importância a pesquisa-ação, a observação da participação, a imersão no lugar a ser estudado, a percepção das sensações, ao ver e registrar a vivência em campo. Como ressalta Thiollent (1986), uma participação que é explicitada dentro da situação de investigação, com os cuidados necessários para que haja reciprocidade por parte dos implicados na situação e a participação não substitui a atividade própria da comunidade e suas iniciativas. Com base nessa premissa é que houve a insistência por Santa Maria de Guaxenduba, em a universidade retornar à comunidade em outro projeto, para essa escuta sensível, para ouvir as histórias individuais e coletivas, remexer lembranças, entender a realidade social, os fatores ligados às tradições locais, as técnicas construtivas tradicionais que são legítimas e reproduzidas, onde o adobe é material de construção e produto da arquitetura local.

Neste contexto e para sorte dos docentes envolvidos naquela primeira visita, o retorno a comunidade se deu através de um projeto de registro fotográfico de lugares e de memórias patrocinado pela Wikimedia Foundation⁸. Santa Maria de Guaxenduba coube exatamente neste projeto com os sujeitos da história: Olhares de Guaxenduba. A ideia de organizar esse material colhido pelos moradores foi o fio condutor para essa reaproximação e assim aprender e apreender sobre a comunidade que segue como símbolo de resistência, de memória e de tradição de construção com alvenaria de adobe. O retorno a comunidade serviu para criar laços, para ouvir as histórias individuais e coletivas, remexer lembranças buscando entender a realidade social, os fatores ligados às tradições locais, as técnicas construtivas tradicionais que são legítimas e reproduzidas em Santa Maria de Guaxenduba.

2. OBJETIVOS

Apresentar uma visita exploratória realizada pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA realizada na comunidade quilombola de Santa Maria de Guaxenduba, no município de Icatu, em virtude da participação em um projeto da Wikimedia Foundation intitulado Olhares de Guaxenduba visando a implementação posterior de um projeto de extensão sobre o registro dos métodos construtivos tradicionais das casas da comunidade.

3. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A proposta foi nova visita à comunidade quilombola de Santa Maria de Guaxenduba para conhecimento e aproximação com os grupos sociais locais da comunidade, para a construção de registros fotográficos dos lugares, sob a ótica do morador, e registro dos os métodos construtivos com terra identificados nas casas locais. Também seria feita a transcrição das narrativas surgidas durante o processo de registro. Esse somatório de atividades veio a fortalecer o ensino-aprendizagem vinculado ao processo de construção do conhecimento e a relação com a cultura local.

A atividade desenvolvida em Santa Maria de Guaxenduba se deu em virtude de um projeto com a Wikimedia Foundation. Os contatos com a líder comunitária tornaram-se frequentes e possibilitou a visita a comunidade que ocorreu no período de novembro de 2017. A líder comunitária ficou responsável por reunir os moradores interessados em participar do projeto: Olhares de Guaxenduba informando a todos a importância de portar no dia do encontro, com o grupo da UEMA, suas câmeras fotográficas e celulares para os devidos registros. Do Curso de Arquitetura e Urbanismo estiveram presentes o grupo de docentes já envolvidos na visita institucional feita anteriormente com os representantes do governo, discentes

⁸ Fundação Wikimedia é uma entidade filantrópica, dedicada a incentivar a produção, desenvolvimento e distribuição de conteúdo livre e multilíngue e a disponibilizar ao público, integralmente, esses projetos baseados em wiki de forma totalmente livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikimedia>.

voluntários, o representante do Wikimedia Foundation e um fotógrafo para ministrar aos moradores uma oficina de técnicas de fotografia.

A primeira atividade foi uma roda de conversa (figura 1) com a apresentação de todas as pessoas envolvidas nesta atividade e explicação sobre o objetivo do projeto. Neste momento, foi realizada a oficina de fotografia e foi estabelecido o percurso que seria objeto de registro e considerado pela comunidade como representante das características do povoado. Ficaram então definidos que os locais de registro seriam a área da praia e as áreas de solo de tabatingas, o caminho até o forte, as casas de alvenaria de adobe e a casa de farinha (casa de forno) executada com a técnica de taipa de mão. Todo o itinerário foi conduzido pela líder da comunidade, sua irmã⁹, e jovens e crianças das famílias de Santa Maria de Guaxenduba. Este caráter participativo mostrou-se mais eficiente e congrega com o pensamento de Kapp (2016), pois possibilitou melhor compreensão dos modos de vida locais, e ampliou o acesso a “novas informações, conhecimentos e ferramentas”.



Figura 1. Roda de conversa

O interessante da proposta em registrar os lugares e memórias sob a ótica de quem vive o lugar, para Souza (2016) o lugar como espaço percebido e vivido, dotado de significado, e com base no qual se desenvolvem e extraem-se os “sentidos de lugar” e as “imagens do lugar”; o povoado de Santa Maria de Guaxenduba perfeitamente se encaixa por ser dotada de significados, de memória, de tradição construtiva. Ele é um “lugar à sua maneira, o mundo, que tem consciência pelo seu lugar e é conjunto de possibilidades quando as oportunidades lhe forem oferecidas” (Santos, 2008, p. 314).

Em Santa Maria de Guaxenduba existe o processo de autoconstrução de casas e, em muitos casos, em regime de mutirão. Segundo a líder da comunidade, são 10 casas construídas com adobe, sendo a manufatura deles feita pelas famílias, com terra extraída nos quintais de seus próprios lotes (figura 2). São blocos robustos e dimensões estipuladas por eles segundo a construção. Um dos moradores¹⁰ relatou que a sua casa havia sido feita por ele mesmo com 5 mil adobes, e que estes ficaram 3 meses no seu quintal secando antes da construção (figura 3, 4 e 5). Os relatos da comunidade também trazem a informação vista *in situ* do uso da camada do solo de tabatinga (figuras 6 e 7), solo coletado a dois metros da superfície, para confeccionar as tintas naturais para as fachadas das casas e onde também afirmaram que a pintura era duradoura.

⁹ Sra. Cândida Correa Santos

¹⁰ Seu Antônio



Figura 2. Extração da terra no lote da família



Figura 3. Secagem do adobe



Figura 4. Adobe armazenado no local



Figura 5. Casa de Seu Antonio – adobe



Figura 6. Solo de tabatinga



Figura 7. Tabatinga de Guaxenduba

Foi feita uma visita a casa de farinha, espaço executado com a técnica de taipa de mão, e que é utilizada coletivamente. A líder da comunidade fez questão de guiar o grupo pelas casas e na oportunidade ela atribuiu o conforto climático no interior da casa, ao uso da terra na construção do adobe e na taipa de mão. Nesta aproximação com a comunidade e por conta do objetivo do projeto Wikimedia Foundation, não se focou em análise e coleta de dados de material construtivo, visto o intuito do projeto. A narrativa, as informações dos moradores e a visita às casas possibilitaram a construção deste artigo como um relato de vivência e experiência em uma comunidade quilombola de tradição de construção com adobe. É oportuno citar que há ocorrência de casas de taipa de mão, mas o enfoque dado foi para as casas de adobe.

Não foram identificados, para este relato, os tipos de solo utilizados como matéria-prima das construções, não foram feitos ensaios, registros de teor de umidade, composição granulométrica e os traços adotados. Esta visita a Santa Maria de Guaxenduba serviu para viabilizar um projeto no programa de bolsas de extensão PIBEX/PROEXAE/UEMA 2017-

2018 com dois bolsistas contemplados que já estão trabalhando em um registro sobre as técnicas construtivas das casas e casas de farinha de Santa Maria de Guaxenduba. A próxima visita deve acontecer em junho ou julho, conforme a condição das estradas. O objetivo é seguir com a observação participante compreendendo a dinâmica da construção pelo morador, como as famílias atuam no espaço da casa e entorno com o método de entrevistas semiestruturadas como guia para as conversas com os moradores da comunidade, com a coleta de dados, de amostras dos adobes usados nas construções da comunidade para ensaios no laboratório de solos da Engenharia Civil da UEMA e o estudo da composição do solo denominado tabatinga. Com a ampliação dos registros e dados se pretende incluir no projeto, o geoprocessamento da área com as ocorrências, locais de produção para inclusão em um futuro banco de dados sobre a construção com terra nas comunidades maranhenses.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho desenvolvido no povoado de Santa Maria de Guaxenduba funcionou como uma visita preliminar para melhor compreensão dos métodos construtivos tradicionais que caracterizam o local. Mesmo com base ainda exploratória sua realização trouxe contribuições que reforçam a importância da coleta de dados in situ, ou seja, partindo de relatos locais, e a importância desta etapa ser incluída como uma extensão acadêmica, pois contribui na formação de profissionais que não se fundamentam apenas na busca por informações em bases de dados oficiais. Esta forma de abordagem que permite a formação de laços entre pesquisa e localidade, contribui no entendimento sobre a realidade social e as tradições locais, bem como estabelece uma relação de confiança dos moradores com a presença da universidade (diferente do observado na primeira experiência, em que o poder público trouxe soluções externas), e se mostra mais comprometida com a elaboração de um projeto adequado a especificidade de Santa Maria de Guaxenduba.

Entende-se assim que o pesquisador precisa se munir de informações coletadas em sites e publicações sobre um lugar, mas que uma visita ao loco é fundamental para evitar conclusões prévias sobre uma localidade (Kapp, 2016). A partir deste conhecimento prévio foi possível desenvolver uma proposta de projeto de extensão universitária com enfoque na habitação rural maranhense. Callou et al. (2008) falam que, no Brasil, as Instituições de Ensino Superior (IES) desenvolvem projetos de pesquisa em extensão principalmente na agricultura familiar (20,40%), desenvolvimento local (19,90%), agroecologia (10,95%), e movimentos sociais (10,95%). Entretanto os autores ressaltam a importância de pensar a extensão rural contemporânea em outros temas que ainda apresentam índices pouco expressivos como reforma agrária (5,47%) geração de renda (4,48%), gênero (3,98%), e etnias (1,49%) e outras áreas. Silva (2014) resalta que as questões inerentes ao território urbano exigem uma interdisciplinaridade já percebida, mas é importante descobrir o universo de potencialidades que o desenvolvimento rural pode trazer à sociedade brasileira.

A importância de se inserir este tipo de abordagem em projetos de extensão universitária se dá ao fato de, algumas vezes, a moradia rural não ser percebida como parte do território onde se assenta a sociedade brasileira, e que assim como o território urbano, precisa ser trabalhado e desenvolvido não só economicamente, mas principalmente socialmente. O Brasil com sua extensão territorial apresenta uma grande variedade de tipologias construtivas intrinsecamente relacionadas com o meio natural, físico, com as formas regionais econômicas e tradições culturais o que ratifica a necessidade de mais pesquisas sobre a habitação rural, saberes e fazeres construtivos. Neste sentido de contributo, as técnicas construtivas tradicionais das comunidades rurais deveriam ter estudos mais ampliados, mais ações e mais projetos de pesquisa e extensão rompendo assim com o ensino que não se articula com a prática. A universidade é o espaço para o ensino dialógico, da reflexão, da criação, da interação e ação. É importante enfatizar e difundir os conhecimentos locais, valorizar os saberes construtivos tradicionais difundindo as informações e é a universidade que pode criar processos dialógicos de reflexão e ação. O texto da UNESCO (2010) é um contínuo referencial sobre aliar teoria e prática consolidando

assim o objetivo da disciplina de Técnicas Construtivas Tradicionais quando expressa que o aluno ao aprender a conhecer faz com que ele se interesse e se abra para o conhecimento, quando ele aprende a fazer tem coragem de executar, ele se arrisca, ele erra para acertar e aprende a conviver com respeito, com fraternidade e aprende a ser cidadão e viver.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Síveres (2013) acertadamente diz que a universidade constrói o conhecimento, que sua missão é gerar, sistematizar, ser diversa e difundir conhecimentos. A universidade é multidirecional, é pluriversal porque constrói conhecimentos por meio de uma diversidade de sujeitos e fenômenos. A prática de extensão como laboratório e vivência dos alunos do curso de arquitetura e urbanismo em um exercício com Santa Maria de Guaxenduba foi de uma experiência socializada ainda que de forma breve, mas serviu para um futuro próximo e promissor de estudos sobre as técnicas de construção mais ampla, com métodos e resultados quantitativos e qualitativos. Seu caráter exploratório parte do entendimento de que um projeto de extensão com levantamento da tipologia e coleta de materiais usuais de construção depende primeiramente do entendimento sobre o local, e que este não pode ser realizado apenas com referências de base de dados obtidas em sites e outras publicações, mas devem ser priorizadas as informações dos próprios moradores. O que é sempre significativo ressaltar é que a prática de extensão na UEMA é de um espaço pedagógico privilegiado para ações acadêmicas e levadas à prática.

Estágios de extensão, de vivência são de grande aprendizado e aprender e apreender são de grande importância para a formação profissional e principalmente pessoal do discente. A aproximação e interação com uma realidade social adversa a sua é sempre um confronto das subjetividades: como sociedade e como indivíduo como enfatizam Costa, Baiotto e Garces (2013). A prática de extensão é uma diretriz, um processo de mediação para a construção do conhecimento onde os sujeitos acadêmicos se qualificam com o objetivo de atuar profissionalmente de forma competente e de maneira cidadã consciente. A disciplina de técnicas construtivas tradicionais se considera como uma relação da universidade com a sociedade por meio de seu objetivo pedagógico e se constitui em um momento e espaço bastante favoráveis para o processo ensino aprendizagem. O desenvolvimento, ao qual o curso e a disciplina querem promover está nas palavras de Síveres (2013) no sentido em desenvolver o conhecimento humano em benefício de sua realização pessoal e da sua cooperação no tecido social.

A prática de extensão da disciplina de técnicas construtivas tradicionais em Santa Maria de Guaxenduba foi e é um laboratório de ensino e vivências estimulado pelo curso de arquitetura e urbanismo da UEMA e é, uma prática de cidadania participativa, que propicia registrar, divulgar tipologias e as práticas construtivas tradicionais de comunidades do estado do Maranhão. O que se pretende é fortalecer a pesquisa, a extensão e a criação de uma rede de conhecimento sobre as comunidades maranhenses, quilombolas ou não que detém saberes e fazeres com a construção com terra. É portanto fundamental pensar a extensão rural com projetos sobre técnicas construtivas tradicionais e melhorar os índices das práticas de extensão com pesquisas e projetos integrados que contribuam para a melhoria da qualidade de viver com técnicas de construção com terra em um espaço rural

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Callou, A. B.F.; Pires, M. L. L. e S.; Leitão, M. R. F. A.; Santos, M. S. T. (2008). O estado da arte no ensino da extensão rural no Brasil. Revista Extensão Rural, DEAER/PPGEXR – CCR – UFSM, ano XV, n. 16. Disponível em <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art4ed16.pdf>

Correia Filho, F. L. (2011). Relatório diagnóstico do município de Icatu. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Estado do Maranhão. Teresina: Serviço Geológico do Brasil, 2011. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/15508/rel-icatu.pdf?sequence=1>

- Costa, A. A. C.; Baiotto, C. R.; Garces, S. B. B. (2013). Aprendizagem: o olhar da extensão. Em: Síveres, L. (org.) A extensão universitária como um princípio de aprendizagem. Brasília: Liber Livro, p.61-80. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002320/232083por.pdf>
- Cruz, C. L. M. C. da. (2008). Forte de Santa Maria de Guaxenduba. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=141&muda_idioma=PT
- Durham, R. E. (2004). A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Icatu. História & fotos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/icatu/historico>
- IPHAN (2011). Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão. Dossiê do registro como patrimônio cultural do Brasil. São Luís: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- Kapp, S. Levantamento sócio-espacial: um método num vilarejo. Paranoá, cadernos de arquitetura e urbanismo, n.17, 2016. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/24744/0>
- Laboratório de Extensão Rural (2016). Projeto rota turística Guaxenduba. Potencial estético, produtivo e histórico das comunidades rurais de Icatu-MA para a construção da rota turística Guaxenduba. São Luís: LABEX, UEMA
- Murta, M. S.; Albano, C. (org) (2002). Interpretar o patrimônio um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed UFMG; Território Brasilis
- Santos, M. (2008). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo
- Silva, M. G. C. da (2014). Habitação rural: uma luta por cidadania. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-25072014-091102/pt-br.php>
- Síveres, L (org.) (2013). A extensão universitária como um princípio de aprendizagem. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002320/232083por.pdf>
- Souza, L. M. de. (2016). Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- Thiollent, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.
- UNESCO (2010). Educação. Um tesouro a descobrir. Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>.

AUTORES

Ingrid Gomes Braga é doutora, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo e ministra a disciplina de Técnicas Construtivas Tradicionais. É associada à Rede TerraBrasil. É pesquisadora do Núcleo de Assessoria Técnica sobre o Habitar Urbano e Rural- ATHUAR. Desenvolve atividades de canteiro experimental de construção com terra, pesquisas sobre técnicas construtivas tradicionais na Iniciação científica, práticas de extensão em comunidades quilombolas de tradição construtiva em terra e pesquisas sobre moradia rural no estado do Maranhão.

Izabel Nascimento é mestre no Programa de Design da Universidade Federal do Maranhão e pesquisadora do Núcleo de Assessoria Técnica sobre o Habitar Urbano e Rural- ATHUAR.